

## **CULTURA POLÍTICA E PROCESSO ELEITORAL NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO?**

*Political Culture and electoral process in Brazil: What's new?*

Marcello Baquero

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS*

✉ nupesal@yahoo.com.br

O termo cultura política é tributário da abordagem estrutural-funcionalista da teoria de política comparada, cujo objetivo fundamental é buscar significados para a ação humana. No campo da ciência política este conceito assume centralidade enquanto categoria analítica a partir do trabalho seminal de Almond e Verba (1963) “A cultura cívica”. Para os autores, a cultura política se refere “às orientações e atitudes políticas das pessoas em relação ao sistema político e seus diferentes componentes e às atitudes em relação ao seu papel no sistema”. Desse modo, cultura política se refere às normas, valores e crenças que são internalizados pelos cidadãos, por meio do processo de socialização política e que operam em três dimensões: (1) a cognitiva - conhecimento sobre política; (2) a afetiva - sentimentos de apoio ou rejeição à política e (3) a avaliativa - julgamentos sobre os objetos políticos.

A produção acadêmica sobre esta temática, nos últimos anos, tem experimentado uma expansão importante, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Presentemente, o Brasil conta com bancos de dados referentes à pesquisas de cultura política, tais como o ESEB (Estudos Eleitorais Brasileiros) e o LAPOP (Laboratório de Pesquisa sobre Opinião Pública), que têm propiciado subsídios importantes para um melhor entendimento a respeito de como os brasileiros constroem suas

representações sobre a política e as instituições políticas, identificando algumas regularidades no comportamento político do brasileiro.

Presentemente, o estágio dos estudos sobre cultura política possibilita afirmar, conceitualmente, que o termo designa a síntese heterogênea e, às vezes contraditória, dos valores, informações, juízos e expectativas que conformam a identidade política dos cidadãos, dos grupos sociais e das organizações políticas. Com base nessa premissa cultural surgem hábitos, costumes, opiniões, predisposições e formas de comportamento que dão um significado empírico à relação entre Estado e sociedade, a partir da forma como as pessoas decodificam a política.

Dois níveis de cultura política têm sido identificados: (1) o primeiro se refere ao indivíduo e à forma como internaliza normas e valores em relação à política e o modo como responde a elas e, (2) o segundo, tem como foco de análise os grupos e como estes avaliam as instituições políticas e os gestores públicos. É, dentro dessas perspectivas, que os cientistas políticos examinam os valores, atitudes e comportamentos dos cidadãos e das instituições políticas. Os dados produzidos por pesquisas sobre uma cultura política são variáveis importantes para auxiliar a responder algumas das questões fundamentais a respeito do comportamento que produz estabilidade ou instabilidade política numa sociedade.

Na área de cultura política, uma multiplicidade de pesquisas têm sido realizadas sobre diversos temas entre os quais, socialização política, ideologias políticas, participação política e partidos políticos. Todos esses temas de cultura política, de maneira geral, centram suas atenções no processo eleitoral. Embora existam divergências, principalmente entre a linha institucionalista e a abordagem da cultura política a respeito de qual dimensão é a variável independente e a dependente no processo de construção da democracia, não há grandes polêmicas sobre a importância de compreender como se constitui uma base normativa de apoio à democracia.

A compreensão do comportamento das pessoas em épocas de eleições é importante para identificar os condicionantes desse comportamento, na medida em que possibilita analisar como as pessoas pensam sobre o processo político, que atitudes assumem em relação às instituições políticas e gestores públicos e o comportamento efetivamente observável no campo político. Isto porque é imperativo diferenciar entre atitudes e comportamento para evitar cometer equívocos de “diferencial semântico”, sem diferenciar atitude de

comportamento. Uma democracia eficiente com uma cultura política participativa exige, segundo Maquiavel, que os 'hábitos morais' dos cidadãos coincidam com as normas e comportamento prescrito pela constituição de um país

As atitudes e o comportamento político eleitoral são influenciados por um conjunto múltiplo de variáveis. Além dos fatores formais de empoderamento eleitoral de natureza institucional (constituição, direitos, deveres e mediação política), a abordagem da cultura política oportuniza o estudo de outras variáveis de caráter subjetivo que também incidem, por exemplo, no voto. Assim, as percepções, opiniões e decisões na hora do sufrágio, nos ajudam a compreender o tipo de cultura política numa sociedade.

A decisão de votar ou se abster numa eleição são um reflexo da forma como uma pessoa decodifica o mundo político do ponto de vista social e econômico. Nessa direção, tem se identificado o voto econômico, o voto retrospectivo, o voto prospectivo, entre outros. Tais formas de votar colocam a compreensão das razões do voto no âmago da formatação da cultura política e sua relação com o progresso ou não democrático.

Por exemplo, um dos requisitos para o fortalecimento de uma democracia se radica na crença dos cidadãos de que o ato de votar, além de se constituir num dever cívico, contribui para o fortalecimento democrático, pois é um mecanismo de fiscalização dos representantes políticos. No entanto, pesquisas realizadas nos últimos anos (Baquero, 2000) recorrentemente têm constatado que um segmento significativo dos brasileiros (na média 42,0%, de 1984 a 2008) não votaria se o voto não fosse obrigatório. Igualmente, em relação à confiança que as pessoas depositam nas instituições políticas, os resultados também não são alentadores. A este respeito Moisés (2008) identificou um paradoxo da cultura política brasileira que diz respeito ao apoio que os cidadãos dão à democracia num sentido difuso (Easton, 1965), simultaneamente com elevados índices de desconfiança nas instituições democráticas, pontualmente os partidos políticos e o Congresso.

Tal paradoxo pode ser explicado pela história política do país, marcada por um legado autoritário que retardou a eliminação de vícios tradicionais da política e que reaparecem nos pleitos eleitorais, a despeito da institucionalização de procedimentos poliárquicos. Nessa perspectiva, a percepção dos eleitores é de que estão desamparados e não representados

pelas organizações convencionais de mediação política. Opinam que é o interesse particular e partidário que prevalecem sobre o interesse coletivo e cidadão. Essas atitudes incidem numa predisposição do eleitor de se afastar da arena política no seu sentido formal, buscando outras formas de expressão das suas demandas mediante mecanismos clientelistas e personalistas, possibilitando o retorno de uma *praxis* neopopulista que produz uma cultura política híbrida.

Temos uma cultura política híbrida, quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas. Uma conseqüência dessa situação é a recorrência com que os eleitores escolhem o candidato, com base numa identificação terciária direta com o mesmo, negligenciando as instituições formais mediadoras, ou seja, os partidos políticos.

Em tais circunstâncias, os sistemas de crenças que são produzidos, de acordo com Converse (2006) nos seus estudos sobre este tema, criam estratos de eleitores que podem ser identificados por meio de pesquisas tipo *survey* de cultura política. O que merece ser destacado desses estratos é a percentagem significativa de eleitores na categoria de “sem conteúdo ideológico”, em outras palavras, pessoas que, pelo seu perfil sócio-demográfico, são vulneráveis a apelos demagógicos e populistas em épocas de eleição. Essa percentagem no Brasil, em pesquisas realizadas em 1984 e 1998 (Baquero, 2000) se situa no patamar de 35,0%. A presença de um número significativo de eleitores nessa categoria, além de fortalecer o personalismo nos pleitos eleitorais e possibilitar que a propaganda política trate as pessoas como consumidores e não como cidadãos, contribui para constranger e retardar o desenvolvimento de uma cultura política participativa constituída de cidadãos críticos. Resultados das eleições de 2010 poderão nos mostrar se temos avançado, ou não, na constituição de uma legitimidade social aliada a legitimidade jurídica institucional existente.

### **Bibliografia**

ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Princeton University Press. 1963.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAQUERO, Marcello. Paradigma de Converse: sistemas de crenças e processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. *Revista do IFCH UFRGS*, Porto Alegre, v. 13, pp. 239-253, 1985.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics. *Critical Review*. Vol. 18, Issue1-3 Winter 2006 , pp. 1 – 74. 1964.

EASTON, David. *A framework for political analysis*. Englewood. Prentice Hall, 1965.

MOISES, José A. Cultura política, instituições e democracia - lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.23, n.66, fev. 2008, pp. 11-44, 2008.